



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE INDAIATUBA
 FORO DE INDAIATUBA
 VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
 Rua Humaitá, 1463 - Vila Vitória II
 CEP: 13339-140 - Indaiatuba - SP
 Telefone: (19) 3309-4201 - E-mail: indaiatubajec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1004118-05.2021.8.26.0248**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Ibson Roberto Aparecido Maio**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fábio Luís Castaldello**

Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei n. 9.099/95.

Deixo de designar audiência de instrução e julgamento em consideração à vontade das partes – páginas 137 e seguintes.

Tratando-se de obrigação solidária entre todos os entes federados, legítima a propositura da ação apenas contra a ré. Nesse sentido é o entendimento firmado pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, ao aprovar a Súmula nº 37: “A ação para o fornecimento de medicamento e afins pode ser proposta em face de qualquer pessoa jurídica de Direito Público Interno” (DJE, TJSP, 7.12.2010, p. 1).

Considerando páginas 110/171 observa-se que foi reconhecido, em segundo grau de jurisdição, a competência deste juízo para processar e julgar a causa e também o cumprimento pelo autor dos requisitos fixados pelo E. STJ quando da fixação do tema 106.

Desnecessária a produção de prova pericial para o bom julgamento da lide, pois a prescrição do medicamento empreendida pelo médico da parte autora, ainda que particular, é prova bastante da sua necessidade e da sua adequação. A esse respeito, pertinente a transcrição de trecho do voto do Des. RICARDO DIP:

“3. A pretensão de que só se admitam a diagnose e o fornecimento de medicamentos prescritos por médicos do quadro dos servidores do Estado ou constantes de Protocolo estatal implica a negativa, a priori, do valor de todas as prescrições originárias de médicos particulares. Ou por outra, o acolhimento desse pleito importaria (a) na presunção de mala praxis de todos os médicos não-funcionários, (b) no controle da liberdade médica relativa à terapêutica liberdade, que, positivamente, consiste numa faculdade de eleição de meios terapêuticos atribuída à prudência pessoal de cada médico (cfr. G. MÉMETEAU, 'La liberté thérapeutique du médecin', in VV.AA., Droit médical et hospitalier, Paris, ed. Litec, 1993, fasc. 16) e (c) na negativa da liberdade do paciente em consentir numa dada terapêutica. Ainda que a liberdade de terapia

1004118-05.2021.8.26.0248 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE INDAIATUBA

FORO DE INDAIATUBA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Humaitá, 1463 - Vila Vitória II

CEP: 13339-140 - Indaiatuba - SP

Telefone: (19) 3309-4201 - E-mail: indaiatubajec@tjsp.jus.br

suporte limitações, elas não podem ditar-se mediante a discriminação dos médicos privados. Quanto a eventuais abusos, não se pode ignorar a possibilidade de sua responsabilização civil, corporativa e até mesmo penal.” (APELAÇÃO CÍVEL Nº 666.846-5/6, Decisão Monocrática nº 15.494, 11ª Câmara de Direito Público do TJSP, proferida em 11.07.2007).

Pertinente também outra transcrição, agora de trecho do voto proferido pelo Des. Carvalho Viana:

“Desnecessária a realização de perícia médica, porque o autor apresentou relatório médico comprovando a patologia, indicando o medicamento para o tratamento adequado (fls. 12/13). Cabe ao médico, que é o profissional habilitado, avaliar a situação de cada paciente e prescrever-lhe o melhor tratamento, como ocorreu no caso concreto, não cabendo à apelante rechaçar, sem fundamento plausível, a indicação médica. O art. 2º, do Código de Ética Médica, dispõe que *'o alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional'*. Para tanto, *'o médico deve aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente'* (art. 5º). Como se vê, é dever do médico atender aos seus pacientes, utilizando-se dos meios mais modernos e adequados, presumindo-se que tal atitude foi considerada pelo dr. Renato Peroni, ao prescrever o tratamento ao apelado que, no momento da propositura da ação, comprovou ser portador de degeneração macular do olho direito. Não cabe discussão quanto à eficácia do tratamento, como único recomendado, se há a prescrição médica. Clara a patologia, que reclama tratamento adequado, não trazendo a apelante prova contrária” (Apelação nº 9000090-89.2010.8.26.0037, 8ª Câmara de Direito Público do TJSP, DJ 26.10.11).

Ficou incontroverso nos autos o alto custo mensal do medicamento perseguido pela parte autora, cuja carência de recursos não se colocou em xeque, de modo a justificar a intervenção estatal para seu fornecimento.

Dada a gravidade da patologia da parte autora, e considerando ainda o benefício que o fornecimento do medicamento promoverá, legitima-se a pretensão autoral de obtê-lo do Estado, em cumprimento ao art. 196 da Constituição Federal, mesmo que tal medicamento não esteja incluído nos programas estatais de fornecimento gratuito.

Isto porque as listas de medicamentos padronizados pelo SUS não vinculam nem os profissionais da medicina, nem o Juízo. Nessa esteira, pertinente a transcrição de trecho do voto do Desembargador PIRES DE ARAÚJO:

“Dessa forma, a existência de medicamentos similares na rede pública não afasta a responsabilidade do Estado em prover o tratamento adequado, na medida em que há receituário médico firmado por profissional da saúde, cuja conduta é pautada pelo Código de Ética Médica, que impõe a prescrição do melhor tratamento ao paciente.” (Agravo Interno nº 9000108-61.2010.8.26.0506/5000, 11ª Câmara de Direito Público do TJSP, j. 22.08.11).

Cumpra ainda considerar que a questão relativa ao repasse de verbas deve

1004118-05.2021.8.26.0248 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE INDAIATUBA

FORO DE INDAIATUBA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Humaitá, 1463 - Vila Vitória II

CEP: 13339-140 - Indaiatuba - SP

Telefone: (19) 3309-4201 - E-mail: indaiatubajec@tjsp.jus.br

ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União que integram o sistema único. A cooperação financeira entre essas entidades e a previsão orçamentária não pode servir de escusa para o não cumprimento da obrigação de garantir o direito à saúde (cf. trecho do voto do Des. Reinaldo Miluzzi, Apelação nº 0015799-32.2012.8.26.0562, 6ª Câmara de Direito Público do TJSP, DJ 04.03.13).

Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo procedente a pretensão autoral para, confirmando a decisão liminar de página 27/28, condenar a parte ré, na obrigação de fornecer à parte autora do medicamento "Enzalutamida (Xtandi) 40mg", na quantidade necessária para atendimento da parte autora, enquanto for indicada pelo médico da parte autora a necessidade de sua prescrição.

Sob pena de multa diária de R\$ 500,00 até R\$ 20.000,00, a entrega do medicamento à parte autora deverá se dar em quantidade suficiente para, no mínimo, suprir a necessidade mensal, competindo à parte autora, a cada dois meses, entregar à Procuradoria Jurídica do réu ou outro órgão estatal pela procuradoria indicado o receituário atualizado, confeccionado por seu médico.

Não há condenação ao pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios por força do disposto no art. 55 da Lei 9.099/95.

Prazo para interposição de recurso: 10 (dez) dias, sendo obrigatória a representação por advogado. Ressalvada a hipótese de concessão de gratuidade da justiça, o preparo será recolhido de acordo com os critérios a seguir estabelecidos. Nos termos da Lei Estadual n.º 15.855/2015 e do artigo 54, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95, o valor do preparo deverá ser composto pela soma de duas parcelas: a primeira corresponde a 1% sobre o valor da causa; a segunda, a 4% sobre o valor da causa (regra geral) ou da condenação (regra específica, quando houver condenação) ou, ainda, do valor fixado pelo magistrado como base do preparo, se este assim o fizer. Para cada parcela, deve ser respeitado o valor mínimo de 5 UFESP's, caso a porcentagem prevista em lei resulte em valor inferior. As duas parcelas podem ser recolhidas numa única guia DARE (cód. 230-6), observando-se o determinado no Provimento da Corregedoria Geral de Justiça n.º 33/2013 quanto ao preenchimento dos dados, sob pena de não ser considerado válido tal recolhimento. Bem como, compreenderá todas as despesas processuais referentes a todos os serviços forenses eventualmente utilizados: despesas postais, através da Guia FEDT, cód. 120-1; diligências do Oficial de Justiça, através da Guia de condução dos Oficiais de Justiça; despesas para a expedição de Cartas Precatórias, através da guia DARE (cód. 233-1); taxas para pesquisas de endereço nos sistemas conveniados INFOJUD, SISBAJUD, RENAJUD e SERASAJUD, através da Guia FEDT, cód. 434-1; custas para publicação de editais, etc., nos termos do Comunicado CG nº 1530/2021. Ainda, quando se tratar de processo físico e houver mídia digital apresentada por quaisquer das partes ou com registro de prova oral, o valor referente ao porte de remessa e retorno deverá ser recolhido através da Guia do Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (cód. 110-4). Por fim, se não foi paga a remuneração do conciliador no mesmo ato em que realizada a sessão de conciliação, a parte recorrente deve agora pagar o valor de R\$ 64,60, com fundamento legal nos artigos 55 da Lei n.º 9.099/95, 13, da Lei n.º 13.140/2015, e 169, parágrafo 1ª do Código de Processo Civil, regulamentados pelas Resoluções nos. 809/2019, do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, e 125/2010, do Colendo Conselho Nacional de Justiça, valor este que também é considerado como despesa processual. O recolhimento dos honorários do(a) conciliador(a) deverá ser realizado através de depósito judicial vinculado a este processo (utilizar o portal de custas do site do TJSP



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE INDAIATUBA
FORO DE INDAIATUBA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
 Rua Humaitá, 1463 - Vila Vitória II
 CEP: 13339-140 - Indaiatuba - SP
 Telefone: (19) 3309-4201 - E-mail: indaiatubajec@tjsp.jus.br

fazendo constar no campo de observação: ref. Honorários de Conciliador). Nos termos do artigo 5º do Provimento CG nº 17/2016, que revogou o artigo 1.096 das NSCGJ, a serventia está dispensada do cálculo e da indicação do valor do preparo recursal, será responsável pela conferência dos valores e elaboração da certidão. Informações sobre despesas processuais poderão ser obtidas através do “link” <https://www.tjsp.jus.br/IndicesTaxasJudiciarias/DespesasProcessuais>.

Indaiatuba, 1º de setembro de 2021

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**